



ACÓRDÃO Nº537/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11026/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Evandro Guimarães da Cunha (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2320/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Evandro Guimarães da Cunha**, responsável pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará, exercício de 2018, com fundamento nos arts. 22, II, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas) e, ainda:

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Evandro Guimarães da Cunha**, no valor de **R\$ 2.000,00**, com fulcro no art. 54, VII, da Lei Orgânica da Corte de Contas c/c o art. 308, VII do Regimento Interno (Resolução n. 04/2002-TCE/AM), pelas duas impropriedades consideradas não sanadas na Proposta de Voto;
Fixa-se **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da



ACÓRDÃO Nº537/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à próxima Comissão a ser designada para realizar inspeção no SAAE/Urucará que verifique se o SAAE tem trabalho de forma a aprimorar o controle de patrimônio, nos termos estabelecidos nos artigos 94 a 96 da Lei nº 4.320/64;

10.4. Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – Saae que:

10.4.1. Quando da instrução das prestações de contas futuras, que seja juntada aos autos a integralidade dos documentos exigidos pelo art. 2º da Resolução nº 04/2016-TCEAM.

10.4.2. Observe com maior cautela o detalhamento necessário à eficiência do controle patrimonial, da forma que estabelece os artigos 94 a 96 da Lei nº 4.320/64;

10.5. Dar ciência ao **Sr. Evandro Guimarães da Cunha** sobre o deslinde do feito.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Março de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos



ACÓRDÃO Nº537/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral